



TECHNICAL REPORT

BRAZIL

Report on Government Finance and Public
Sector Debt Statistics Mission
(August 5–16, 2024)

APRIL 2025

Prepared by
Ethan Weisman

Authoring Department:

Statistics Department

DISCLAIMER

“The contents of this document constitute technical advice provided by the staff of the International Monetary Fund to the authorities of Ministry of Finance (MF), the Central Bank of Brazil (BACEN), and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) (the “CD recipient”) in response to their request for technical assistance. This document (in whole or in part) or summaries thereof may be disclosed by the IMF to the IMF Executive Director for Brazil, to other IMF Executive Directors and members of their staff, as well as to other agencies or instrumentalities of the CD recipient, and upon their request, to World Bank staff, and other technical assistance providers and donors with legitimate interest, unless the CD recipient specifically objects to such disclosure (see [Operational Guidance for the Dissemination of Capacity Development Information](#)). Publication or Disclosure of this report (in whole or in part) to parties outside the IMF other than agencies or instrumentalities of the CD recipient, World Bank staff, other technical assistance providers and donors with legitimate interest shall require the explicit consent of the CD recipient and the IMF’s Statistics department.”

Table of Contents

Acronyms and Abbreviations	2
Summary of Mission Outcomes and Priority Recommendations.....	7
Detailed Technical Evaluation and Recommendations	10
A. Migration to GFS Statistics for Policy Purposes – A Proposed 5-year Plan.....	10
B. Discrepancies – General Themes	12
C. Sectorization of the Public sector	13
D. The FGTS (and PIS/PASEP) PROVIDENT fund Recording in GFS	15
E. The BACEN – National Treasury (STN) Relationship	17
F. Regional Government Employment-related Pension Schemes	18
G. Court-ordered Debt (“Precatórios”).....	19
H. Overdue Taxes (“Divida Ativa”)	20
I. Student Funding Scheme – fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	21
J. A Special Word on Interest Accruals	22
K. Public Sector Debt data	22
L. Source data and compilation practices	23
M. Consolidation practices.....	24
N. Metadata and Internal Business Process Documentation	24
O. Officials Met During the Mission	25
Appendices	27
A. Brazil: GFS/PSDS Results Based Management Draft Five Year Work Program.....	27
B. Brazil: Treatment of transactions between the BACEN and STN using the <i>GFSM 2014</i> framework ...	31

Acronyms and Abbreviations

AT	Assistência técnica
BACEN	Banco Central do Brasil
CFT-E	Certificados Financeiros do Tesouro – Série E
DEG	Direitos especiais de saque
EDSP	Estatísticas de Dívida do Setor Público
EFP	Estatísticas de Finanças Públicas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEDSP 2011	Estatísticas da Dívida do Setor Público: Guia para Compiladores y Usuários 2011
GFS	Government Finance Statistics
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEFP 2014	Manual de Estatísticas de Finanças Públicas 2014
MF	Ministério da Fazenda
PIS/PASEP	Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PSDS	Public Sector Debt Statistics
RTN	Resultado do Tesouro Nacional
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SPNF	Setor Público Não Financeiro
STA	IMF Statistics Department
STN	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

Resumo dos Resultados e Recomendações Prioritárias da Missão

- 1. Em resposta ao pedido do Ministério da Fazenda do Brasil (MF), do Banco Central do Brasil (BACEN), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e em consulta ao Departamento do Hemisfério Ocidental (WHD), uma missão de assistência técnica (AT) de estatísticas de finanças públicas e dívida pública foi conduzida durante o período de 5 a 16 de agosto de 2024, com enfoque em proporcionar assistência nos processos de compilação e disseminação das estatísticas de finanças públicas (EFP) e das estatísticas de dívida do setor público (EDSP) para a tomada de decisões e com o foco de aprimoramento e avanços seguindo a metodologia do *Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 (MEFP 2014)* e das *Estatísticas de Dívida do Setor Público: Guia para Compiladores e Usuários 2011 (GEDSP 2011)*. A missão deu continuidade à assistência técnica fornecida em novembro de 2016 (que se concentrou principalmente em seguridade social) e às discussões remotas de AT com a equipe da sede do FMI sobre diversos tópicos de EFP.**
- 2. A missão teve as seguintes tarefas principais:** revisar a setorização das unidades institucionais do setor público, com ênfase nas unidades extraorçamentárias e nos regimes de previdência de servidores públicos de entes subnacionais; na avaliação da consistência das estatísticas fiscais, com foco na consistência vertical, com o objetivo de resolver ou explicar discrepâncias entre as apurações abaixo e acima da linha de financiamento (especialmente para os municípios); e no acompanhamento das recomendações da missão anterior, realizada em 2016, e das recomendações de TA remotas, (incluindo operações entre o BACEN e o Tesouro Nacional, classificações setoriais e econômicas relativas a determinados fundos de previdência, bem como classificações econômicas de precatórios) consistentes com o *GFSM 2014*. Embora o foco estivesse no GFS, a missão aproveitou a oportunidade para incluir as EDSP nas discussões.
- 3. A missão observou que um progresso significativo na implementação do *GFSM 2014* foi feito desde o início dos esforços em 2007, com melhorias contínuas nas fontes de dados, cobertura e técnicas de compilação.**
- 4. Uma grande conquista durante a missão foi a elaboração de uma proposta de programa de trabalho de cinco anos, com vigência até 2029, com o objetivo de fortalecer as estatísticas fiscais do Brasil elaboradas de acordo com o *GFSM 2014*, criando as condições para sua utilização como estatística oficial do país para fins de formulação de políticas fiscais. A iniciativa busca, a longo prazo, substituir o conjunto tradicional de dados fiscais atualmente divulgado pela STN (RTN) e pelo BACEN em sua Nota à Imprensa.**
- 5. Para apoiar estes progressos nas áreas de trabalho acima mencionadas, a missão recomendou um plano de ação pormenorizado com as seguintes recomendações prioritárias, que se revestem de particular importância para a melhoria das EFP/EDSP em termos de fiabilidade e qualidade das estatísticas fiscais:**

TABLE 1. Brasil: Recomendações prioritárias

Data prevista	Recomendações prioritárias	Instituições Responsáveis
Metas semestrais ao longo de 5 anos a partir do fim de 2024	<u>Desenvolver e executar um programa de trabalho de 5 anos para implementar a totalidade dos aprimoramentos metodológicos já mapeados, de modo a permitir que as autoridades políticas avaliem a possibilidade da migração das estatísticas nacionais para o uso das estatísticas fiscais do Brasil (ver rascunho no Apêndice A).</u> <u>Criar um Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Estatísticas Fiscais.</u> <u>Avaliar os recursos humanos necessários para implementar o programa de trabalho de 5 anos em tempo hábil.</u>	STN, BACEN e IBGE
Março de 2025	<u>Preencher um quadro de setorização por subsetores do setor público com todas as unidades institucionais do setor público seguindo a metodologia GFSM 2014.</u>	STN, BACEN e IBGE
Março de 2025	<u>Distribuir a tabela de setorização finalizada a todos os compiladores de estatísticas macroeconômicas.</u>	STN, BACEN e IBGE
Fim de 2025 e anualmente a partir de então	<u>Atualizar continuamente a lista de setorização conforme necessário.</u>	STN, BACEN e IBGE
Fim de 2025	<u>Compilar o GFS de forma consistente com todas as estatísticas macroeconômicas de acordo com a lista de setorização definida, de forma a garantir a consistência intersetorial.</u>	STN, BACEN e IBGE
Fim de 2024	<u>Reconstituir o Grupo de Trabalho Técnico sobre Regimes de Pensões Relacionados ao Emprego Público (RPPS), com foco nos governos estaduais e municipais.</u>	STN, BACEN, IBGE e MPS
Fim de 2025	<u>Compilar dados anuais do GFS sobre fundos de previdência (RPPS) como parte do trabalho do Grupo de Trabalho Técnico sobre Regimes de Pensões Relacionados ao Emprego, seguindo a metodologia GFSM 2014.</u>	STN, BACEN e IBGE
Fim de 2026	<u>Compilar dados trimestrais (e se seja prática, mensais) do GFS sobre fundos de previdência (RPPS) consistentes com os dados anuais.</u>	
Fim de 2025	<u>Compilar juros sobre todos os ativos e passivos financeiros relevantes, prestando atenção especial aos planos de pensão relacionados ao emprego, sentenças judiciais ("precatórios") e impostos vencidos ("dívida ativa").</u>	STN, BACEN e IBGE

Data prevista	Recomendações prioritárias	Instituições Responsáveis
Fim de 2025	<u>Fornecer incentivos (prêmios/reconhecimentos especiais) aos governos estaduais e municipais para fornecer dados contábeis completos com detalhes suficientes para permitir a compilação do GFS.</u>	STN
Fim de 2025	<u>Revisar as estimativas de impostos vencidos ("dívida ativa") para registrar sua provisão em contas a receber e a provisão de juros relacionada, evitando superestimativas.</u>	STN, BACEN e IBGE
Fim de 2025	<u>Revisar a compilação de sentenças judiciais (precatórios, e RPVs) com vistas à revisão de toda a série histórica de forma consistente com o GFSM 2014.</u>	STN, BACEN e IBGE
Metas anuais de fim de ano (2024-2029)	<u>Compilar e divulgar as tabelas PSDS 5.1 a 5.6.c., 5.9, 5.10 e 5.12 seguindo o PSDSG 2011 consistente com os dados do GFS, com metadados associados.</u> <u>Desenvolver documentação interna (guias de compilação) para PSDS.</u> <u>Divulgar metadados para os usuários.</u>	BACEN
Fim de 2025	<u>Registrar transações entre Tesouro Nacional e BACEN seguindo a metodologia GFSM 2014.</u>	STN, BACEN e IBGE
Fim de 2025	<u>Rever a compilação do Fundo de financiamento estudantil (FIES) e dos fundos garantidores correspondentes na sequência do GFSM 2014.</u>	STN, BACEN e IBGE
Fim de 2024	<u>Divulgar separadamente os dados do FGTS seguindo a estrutura do GFSM 2014 e metadados correspondentes.</u>	STN, BACEN e IBGE
Final de 2024, fim de 2027 e fim de 2029	<u>Compilar e divulgar o GFS consolidado para o governo geral consolidado (fim de 2024), setor público não financeiro consolidado (fim de 2027) e setor público (fim de 2029), como parte do programa de trabalho GFS de 5 anos.</u> <u>Desenvolver fontes de dados para todas as corporações do setor público não financeiro e financeiro, inclusive nos níveis estadual e municipal.</u>	STN, BACEN e IBGE
Metas anuais de fim de ano (2024-2029)	<u>Revisar e disseminar metadados GFS para cada conjunto de dados GFS, como parte do programa de trabalho GFS de 5 anos.</u>	STN, BACEN e IBGE
Metas anuais de fim de ano (2024-2029)	<u>Revisar a documentação interna do processo de negócios (guias de compilação) para GFS.</u>	STN, BACEN e IBGE

6. A missão avaliou com as autoridades um projeto de plano de execução do programa das GFS/PSDS para uma análise mais aprofundada. O projeto de plano é apresentado no Apêndice A.

7. Em 16 de agosto de 2024, foi realizada a reunião de encerramento com as autoridades, durante a qual foi destacado que, caso as autoridades identifiquem a necessidade, o acompanhamento da AT poderá ser feito de forma remota ou presencial, de forma a revisar o progresso das recomendações, com ênfase especial na redução de discrepâncias e na eventual adoção das estatísticas de finanças públicas brasileiras (GFS) como estatísticas fiscais oficiais.

Summary of Mission Outcomes and Priority Recommendations

8. In response to the request from the Ministry of Finance (MF), the Central Bank of Brazil (BACEN), and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and in consultation with the Western Hemisphere Department, IMF, a technical assistance mission on government finance statistics (GFS) and public sector debt statistics (PSDS) took place during August 5-16, 2024, focusing on compilation processes and dissemination of GFS and PSDS for decision making to improve and advance fiscal statistics following the *Government Finance Statistics Manual 2014 (GFSM 2014)* and *Guide on Public Sector Debt Statistics 2011 (PSDSG 2011)*. The mission followed up on technical assistance provided in November 2016 (which focused primarily on pension schemes) and remote TA discussions with staff at IMF headquarters on a variety of topics.

9. The mission had the following principal tasks: review the sectorization of public sector institutional units with particular emphasis on extrabudgetary units and subnational government employment-related pension schemes; review the consistency in the fiscal statistics, with particular focus on vertical consistency aiming to resolve or explain discrepancies (especially for municipalities) above and below the financing line; and follow-up on other previous mission and remote TA recommendations consistent with the *GFSM 2014* (including transactions between the BACEN and National Treasury, sectoral and economic classifications regarding certain employment-related pension funds, as well as economic classifications of court-ordered debts called “precatorios”). While the focus was on GFS, the mission took the opportunity to include PSDS in the discussions.

10. The mission noted that significant progress on *GFSM 2014* implementation has been made since initial efforts that began in 2007, with continuous improvements in source data, coverage, and compilation techniques. One major achievement during the mission was the drafting of a proposed five-year work program through 2029 to strengthen Brazil's *GFSM 2014* fiscal statistics and creating conditions for their adoption as official statistics for policy purposes. This initiative seeks, in the long run, to eventually replace the traditional set of fiscal data currently published by the National Treasury (RTN) and the data by BACEN in its Fiscal Statistics Press Release.

11. To support these advances in the areas of work mentioned above, the mission recommended a detailed action plan with the following priority recommendations, which are of particular importance for the further improvement of GFS/PSDS in terms of reliability and quality of the fiscal statistics:

Table 1. Brazil: Priority Recommendations

Target date	Priority Recommendations	Responsible Institutions
Semi-Annual Targets over 5 years beginning end-2024	<u>Develop and execute a 5-year work program to fully implement all identified methodological improvements giving confidence to policy makers to evaluate the adoption of GFS as Brazil's official fiscal statistics (see draft in Appendix A).</u> <u>Create an Inter-institutional Working Group on Fiscal Statistics.</u>	STN, BACEN, and IBGE

Target date	Priority Recommendations	Responsible Institutions
	<u>Evaluate human resources needed to implement the 5-year work program in a timely manner.</u>	
March 2025	<u>Complete a sectorization table by subsectors of the public sector with all public sector institutional units following the GFSM 2014 methodology.</u>	STN, BACEN, and IBGE
March 2025	<u>Distribute the finalized sectorization table to all compilers of macroeconomic statistics.</u>	STN, BACEN, and IBGE
End 2025 and annually thereafter	<u>Continuously update the sectorization list as needed</u>	STN, BACEN, and IBGE
End 2025	<u>Compile GFS consistently with all macroeconomic statistics in line with the sectorization list to ensure intersectoral consistency.</u>	STN, BACEN, and IBGE
End 2024	<u>Reconstitute the Technical Working Group on Employment-Related Pension Schemes (RPPS), with a particular focus on state and municipal governments.</u>	STN, BACEN, IBGE, and MPS
End 2025	<u>Compile annual GFS data on employment-related pension funds as part of the work of the Technical Working Group on Employment-Related Pension Schemes following the GFSM 2014 methodology.</u>	STN, BACEN, and IBGE
End-2026	<u>Compile quarterly (and if practical, monthly) GFS data on employment-related pension funds consistent with the annual data.</u>	
End 2025	<u>Compile interest on all relevant financial assets and liabilities, paying particular attention to employment-related pension schemes, court-ordered debts ("precatorios"), and overdue taxes ("divida ativa").</u>	STN, BACEN, and IBGE
End-2025	<u>Provide strengthened incentives (special awards/recognition) to state and municipal governments to provide complete accounting data with sufficient detail to allow compilation of GFS.</u>	STN
End-2025	<u>Review the estimates of overdue taxes ("divida ativa") to record their accrual in accounts receivable and related accrual of interest, while avoiding overestimates.</u>	STN, BACEN, and IBGE
End-2025	<u>Review the compilation of court-ordered debts ("Precatorios and RPPs) with a view to revising the entire historical series consistent with the GFSM 2014.</u>	STN, BACEN, and IBGE
Annual end of year targets (2024-2029)	<u>Compile and disseminate PSDS tables 5.1 through 5.6.c., 5.9, 5.10, and 5.12 following the PSDSG 2011</u>	BACEN

Target date	Priority Recommendations	Responsible Institutions
	<i>consistent with the GFS data, with associated metadata.</i> <u><i>Develop internal business process documentation for PSDS.</i></u> <u><i>Disseminate PSDS metadata for users.</i></u>	
End-2025	<u><i>Record transactions between National Treasury and BACEN following the GFSM 2014 methodology.</i></u>	STN, BACEN, and IBGE
End-2025	<u><i>Review the compilation of student funding schemes (FIES) and the related guarantee funds following the GFSM 2014.</i></u>	STN, BACEN, and IBGE
End-2024	<u><i>Disseminate separately the data for the FGTS following the GFSM 2014 framework and corresponding metadata.</i></u>	STN, BACEN, and IBGE
End-2024, End-2027, and End-2029	<u><i>Compile and disseminate consolidated GFS for the consolidated general government (end-2024), consolidated nonfinancial public sector (end-2027), and public sector (end-2029), as part of the 5-year GFS work program.</i></u> <u><i>Develop data sources for all nonfinancial, as well as financial public sector corporations, including at the state and municipal levels.</i></u>	STN, BACEN, and IBGE
Annual end of year targets (2024-2029)	<u><i>Revise and disseminate GFS metadata with each set of GFS data, as part of the 5-year GFS work program.</i></u>	STN, BACEN, and IBGE
Annual end of year targets (2024-2029)	<u><i>Revise internal business (guias de compilação) process documentation for GFS.</i></u>	STN, BACEN, and IBGE

12. The mission reviewed with the authorities a draft GFS/PSDS project implementation plan for further consideration. The draft plan is presented in Appendix A.

13. A wrap-up meeting was held with the authorities on August 16, 2024, noting that if the authorities perceive a need follow-up TA could take place remotely or in person to review progress with the recommendations with a particular focus on reducing discrepancies and eventual adoption of the Brazilian GFS for policy purposes.

Detailed Technical Evaluation and Recommendations

14. The mission had the following principal tasks: review the sectorization of public sector institutional units with particular emphasis on extrabudgetary units and subnational government social security schemes; review the consistency in the fiscal statistics, with particular focus on vertical consistency aiming to resolve or explain discrepancies (especially, but not exclusively, for municipalities); and follow-up on other previous mission and remote TA recommendations, (including transactions between the BACEN and MF, sectoral and economic classifications regarding certain employment-related pension funds, as well as economic classifications of court-ordered debts called “precatórios”) consistent with the *GFSM 2014*. While the focus was on GFS, the mission took the opportunity to include PSDS in the discussions.

15. The mission noted that significant progress on *GFSM 2014* implementation has been made since the initial efforts began in 2007, with continuous improvements in source data, coverage, and compilation techniques. Nevertheless, challenging themes remain regarding sectorization, data source development and investigations, that are affecting consolidation, dissemination of statistics and associated metadata, as well as the work to resolve or explain remaining discrepancies.

16. The mission observed that two sets of Brazilian fiscal statistics are currently published: a traditional set of statistics called the *Central Government Primary Balance (Resultado do Tesouro Nacional - RTN)* based fundamentally on the *Government Finance Statistics Manual 1986 (GFSM 1986)*, and another set of data since 2010 that are broadly consistent with the *GFSM 2014*, which for the purposes of this report are called the Brazilian GFS. Documentation explaining the different presentations are published; **however, no formal plan has been developed yet to transition to use the Brazilian GFS for policy purposes.** Challenging themes remain regarding sectorization, data source development and investigations, that are affecting consolidation, dissemination of statistics and associated metadata, as well as the work to resolve or explain remaining discrepancies.

17. The mission wishes to thank the officials in the MF, BACEN and IBGE for the excellent cooperation provided, which allowed the mission to fully accomplish the assigned tasks and advance the work on fiscal statistics. A list of officials that participated in the mission meetings appears in section O.

A. MIGRATION TO GFS STATISTICS FOR POLICY PURPOSES – A PROPOSED 5-YEAR PLAN

18. No formal plan has been developed yet to transition using the Brazilian GFS for policy purposes.¹ As noted, the mission observed that two sets of Brazilian fiscal statistics are currently published: the traditional RTN compiled by STN with the related BACEN financing data)², and another set of data broadly consistent with the *GFSM 2014*, called the Brazilian GFS. This report outlines several improvements that could be made to the Brazilian GFS, including a complete and consistent set of financing statistics. The mission found that it would be useful to recognize the weaknesses in the

¹ The mission found that it would be useful to recognize the weaknesses in the traditional set of statistics (RTN and the BACEN Fiscal Statistics Press Release) to encourage the transition to the *GFSM 2014* based fiscal statistics. Discrepancies in the traditional statistics regarding the overall primary balance as measured by financing and by other flows could be identified. When the *GFSM 2014* based statistics are improved, based on the recommendations in this report, and demonstrate smaller discrepancies by comparison (see Table AA below for a starting point), users could be encouraged to adopt them for fiscal policy purposes.

² The STN dissemination of traditional fiscal statistics can be found here: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/central-government-primary-balance-rtn-english>. The BACEN publication can be found on: <https://www.bcb.gov.br/en/statistics/fiscalstatistics>

traditional set of statistics (for instance the recording of “precatorios”, see below) to encourage the transition to the *GFSM 2014* based fiscal statistics. Discrepancies in the traditional statistics regarding the overall primary balance as measured by financing and by transaction flows could be identified. When the *GFSM 2014* based statistics are improved, based on the recommendations in this report, with smaller discrepancies by comparison (see Table AA below for a starting point), users could be encouraged to adopt them for fiscal policy purposes. The Brazilian GFS based on the *GFSM 2014* would be consistent measuring flows of revenue and expenditure with financing statistics. Moreover, they would be consistent over time so that flows (both transactions and other economic flows) would reflect the changes observed in the fiscal balance sheet. These strengths would allow more robust analysis for fiscal, and broader macroeconomic, policy purposes. Such analysis would show trends in net worth and the underlying causes of those trends (referrer to the *GFSM 2014* Annex to Chapter 4).

19. The mission discussed the idea of developing a five-year work program to strengthen the Brazilian GFS (including the functional classification of expenditure – COFOG, and public sector debt statistics – PSDS). A draft work program with this strategy in mind is shown in the Appendix.

20. It was observed that such a migration strategy to use these GFS instead of the traditional fiscal statistics would take time and effort. Users would need significant overlap for both sets of data with documented explanations on differences and similarities in statistical treatment and resulting data and related analysis. In addition, users would need extensive experience with the GFS data to become reassured that the data are robust and meet their needs. Moreover, users would need support to realize the benefits of the GFS compared with the RTN presentation (for example, vertical and horizontal consistency of the data eventually resulting in reduced levels of discrepancies, reliability of the GFS to reflect economic reality, consistency with other sets of macroeconomic statistics such as the national accounts and balance of payments/international investment position statistics, evolution of net worth measures, existence of both a cash statement as well as accrual statements, adoption of COFOG as the national functional classification of general government total expenditure, and broader coverage of levels of the public sector, etc.). Moreover, the migration program might need to address the legal framework, especially any laws and regulations with fiscal targets.

21. The compilation of GFS under this migration strategy should follow a transparent process to reassure users of the purpose, concepts, robustness, and reliability of these high frequency, timely, and consistent fiscal data. To support this process, the mission discussed with the authorities the possibility to create an oversight Inter-institutional Working Group on Fiscal Statistics with core participation of the STN, BACEN and IBGE, along with participation of other officials and specialists on a variety of topics. The Working Group should be supported by technical sub-groups on specific topics. To implement the work program, the mission proposed using a Results-Based Management tool, like the framework used in the IMF (the World Bank and others), as shown in the Appendix. Furthermore, the mission noted that implementation of the proposed work program could benefit from a periodic review of human resources dedicated to tasks throughout the migration process. For instance, in the short run, the authorities could consider a staff exchange or loan program from the BACEN to STN to work on compiling financing data from accounting source data, with a view to reinforcing the recording of counterpart transactions in the GFS.

22. Some specific actions to provide incentives for the adoption of the GFS as the framework and data for fiscal policy purposes might include:

- a. Requiring the publication of GFS in all public disseminations of the traditional statistics RTN (possibly as an appendix) with a summary of explanations of differences, especially for key policy balances (and links to more complete explanations).

- b. Creating key fiscal indicators that can be derived from the GFS (such as the operating balance as well as the net lending/borrowing balance and how it is financed; the evolution of net worth; the net acquisition of nonfinancial assets (akin to net investment), revenues buoyancy, and the net impacts of certain fiscal programs---like employment-related pension schemes, overdue taxes, or court-ordered debts). Analytical reports describing the evolution of these variables should be considered.
- c. Highlighting the broader coverage in GFS regarding institutional units and instruments, with consistent statistics for subsectors of the public sector and consolidated statistics for the central government, general government, nonfinancial public sector and the entire public sector.
- d. Noting the robustness of the GFS regarding vertical consistency, meaning consistency in the recording of flows (especially transactions), and horizontal consistency, meaning between stock positions and flows, all based on robust counterparty recording.
- e. Achieving a significant reduction in discrepancies and explanations, to the extent possible, for remaining discrepancies.

Recommendations

- ***Develop and execute a 5-year work program to fully implement all identified methodological improvements giving confidence to policy makers to evaluate the adoption of GFS as the official Brazilian fiscal statistics (meaning GFS, COFOG and PSDS), including: quality improvements; an education program for users on differences and advantages of using the GFS versus RTN; incorporation of GFS in analytical publications; and that will follow a transparent process to reassure users of the purpose, concepts, robustness, and reliability of these high frequency, timely, and consistent fiscal data.***
- ***Create an Inter-institutional Working Group on Fiscal Statistics (and related technical subgroups) to monitor the implementation of this 5-year work program using a Results-Based Management tool (see draft in the Appendix).***
- ***Review human resources needed to implement the 5-year work program in a timely manner. In this context, consider creating a staff exchange (say from BACEN to STN) to work on specific projects, such as compiling financing data from accounting source data.***

B. DISCREPANCIES – GENERAL THEMES

23. Working to reduce discrepancies in the Brazilian GFS compiled based on the GFSM 2014 was one of the principal tasks of the TA mission. The authorities and other users of GFS transactions have observed discrepancies in financing when measured above and below the net lending/borrowing balance. For the general government this discrepancy has averaged around 1.1 percent of GDP during 2017-2023, with peaks of 2 percent of GDP and 1.7 percent of GDP in 2020 and 2021, respectively, possibly associated with a deterioration in source data during the COVID pandemic (see Table AA). Possible reasons for such discrepancies include issues in coverage of institutional units, scope of instruments, moments of recording, and valuation (including use of accrual and cash) in the compilation of above net lending/borrowing versus compilation of financing.

Table AA: Discrepancies in Brazilian GFS, 2017 – 2023 (R\$ millions and percent of GDP)

Governo Central Orçamentário	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 Resultado acima da linha	-508,155	-475,375	-392,134	-946,355	-408,841	-450,196	-751,664
2 Resultado abaixo da linha	-507,282	-499,628	-414,819	-1,034,780	-435,198	-446,124	-807,857
Discrepância	-874	24,253	22,685	88,425	26,357	-4,072	56,192
Discrepância % PIB	0.0%	0.3%	0.3%	1.2%	0.3%	0.0%	0.5%
Governos Estaduais	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 Resultado acima da linha	-44,663	-39,253	1,799	27,904	82,929	-23,889	-96,498
2 Resultado abaixo da linha	-52,092	-75,573	-20,203	6,880	46,780	-14,027	-60,020
Discrepância	7,429	36,320	22,003	21,024	36,148	-9,862	-36,478
Discrepância % PIB	0.1%	0.5%	0.3%	0.3%	0.4%	-0.1%	-0.3%
Governos Municipais	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 Resultado acima da linha	27,977	25,029	31,332	32,931	88,826	74,457	17,644
2 Resultado abaixo da linha	1,154	-1,352	381	-12,372	-5,236	21,948	-39,350
Discrepância	26,824	26,381	30,951	45,303	94,062	52,509	56,993
Discrepância % PIB	0.4%	0.4%	0.4%	0.6%	1.0%	0.5%	0.5%
Governo Geral	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1 Resultado acima da linha	-524,841	-489,599	-359,003	-885,520	-237,087	-399,628	-830,519
2 Resultado abaixo da linha	-558,220	-576,553	-434,642	-1,040,271	-393,654	-438,203	-907,227
Discrepância	33,379	86,953	75,639	154,751	156,567	38,575	76,708
Discrepância % PIB	0.5%	1.2%	1.0%	2.0%	1.7%	0.4%	0.7%
PIB	6,585,479	7,004,141	7,389,131	7,609,597	9,012,142	10,079,677	10,856,112
1. Resultado acima da linha. Fonte: STN. Estatísticas Fiscais do Governo Geral							
2. Resultado abaixo da linha. Fonte: BCB. Patrimônio Financeiro Líquido do Governo Geral							

24. One significant challenge regarding vertical discrepancies (“above and below line”) is that the revenue and expenditure (expense and the net acquisition of nonfinancial assets) data are compiled by the National Treasury Secretariat (STN) in the MF, while financing statistics (financial assets and liabilities, flows and stocks) are produced by BACEN. Thus, the compiling units work independently with data sources that are not fully based on recording counterparts to transactions. Sources of potential discrepancies and possible ways to reduce or explain discrepancies were elaborated throughout the various topics discussed during the mission (as detailed in other sections of this report).

25. The mission discussed these themes with the authorities in the context of compilation of fiscal statistics, especially regarding the coverage of units and employment-related pension schemes at different levels of government, scope of instruments in the context of employer-related pension schemes, and measurement issues involving central government court-ordered debt (“precatórios”), overdue taxes (“dívida ativa”), student funding schemes, and transactions between the BACEN and the STN, as well as sectorization and compilation of extrabudgetary units.

26. No single recommendation on discrepancies would resolve them. Instead, the mission foresees the implementation of the set of recommendations in this report as the best way to proceed to remove or reconcile the observed discrepancies. The first step in this process would be to develop and finalize a common sectorization list of all public sector units (as described in the next section).

C. SECTORIZATION OF THE PUBLIC SECTOR

27. Currently, compilers of macroeconomic statistics, including fiscal statistics, do not have a single, unified list of all public sector units by subsector (budgetary central government, extrabudgetary central government, social security, state governments, local governments, nonfinancial public corporations, and financial public corporations). The mission suggested that such a list be developed and followed, especially by compilers of fiscal statistics (GFS and PSDS), and that the resulting

updated list of general government units be applied in other macroeconomic statistics (national accounts, balance of payments and international investment position, and monetary statistics).

28. The mission observed that the lack of this unified and complete sectorization list may be at the root of some of the discrepancies because the public institutional units covered by compilers of revenue and expenditure differ from the units covered by compilers of financing data. Specific cases were discussed during the mission; for example, including in GFS for state and municipal governments' so-called dependent enterprises ("empresas dependentes") in revenue and expenditure, but their financing is captured by BACEN in the public nonfinancial corporation statistics (outside the government).

29. Some public institutional units are not correctly sectorized and, therefore, corresponding transactions are not correctly or completely included or excluded by compilers following the GFSM 2014. Examples include subnational employment-related pension schemes, which are integral parts of those subnational governments, and should be compiled in the GFS. Another example is constitutional funds ("fundos constitucionais") which are institutional units that provide regional economic development support. These are the FNO, FNE and the FCO³, for the north, northeast and central-west regions, which follow directives issued by the Executive Branch (Federal Ministry of Regional Development and Ministry of Finance). As public institutional units outside the budget, they should be sectorized as extrabudgetary units of the central government. With the re-sectorization of the FGTS as a public financial corporation (see section below in this report), the only extrabudgetary units in the Brazilian GFS are these constitutional funds. Other examples include the so-called S system ("Sistema S") and Professional Councils ("Conselhos Profissionais"), which are partially covered as part of the general government. The S system entities collect mandatory fees from participants (companies in the sector based on their wage bill) and provide a variety of services to employees in that sector. Even though the entities under the S system are resident institutional units, based on technical discussions the mission came to the view they are not controlled by government because government does not have responsibility for the economic decisions on the use of resources (how funds are spent on the acquisition of financial assets or incurring liabilities). Thus, the mission suggested that these be sectorized as private nonfinancial corporations and excluded from the GFS. However, the authorities plan to investigate the issue of government control further, and if it is concluded that they are controlled by government they should then be sectorized as public nonfinancial corporations, in which case they would be part of the GFS for the nonfinancial public sector. Under either scenario, they should not be sectorized as part of the general government, so changes in GFS compilation are required. Similarly, for Professional Councils the issue of government control seems to be clearer that there is no government control over these entities. The technical discussions led the mission to the same conclusion that these should be sectorized as private nonfinancial corporations and, therefore, excluded from the GFS (for all flows and associated stocks).⁴

30. A complete sectorization list is required to expand the coverage of GFS beyond the general government. Special effort will be needed to properly sectorize all public corporations, distinguishing nonfinancial from financial corporations, for all three levels of government.

31. The sectorization list should be maintained and updated periodically to recognize the creation, extinction or merger of public institutional units. Metadata should include information on the

³ These are the Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE and Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

⁴ The general government revenue included in current fiscal statistics is on the order of magnitude of 0.28 percent of GDP for S system entities taken together, while for Professional Councils the amounts involved are much smaller.

sectorization list and any changes over time, so that users are informed about the institutional coverage reflected in the data, highlighting any changes over time that may affect the GFS.

Recommendations

- **Complete a public sector institutional sectorization table** by subsectors of the public sector with all public sector institutional units (budgetary central government, extrabudgetary central government, social security, state governments, local governments, nonfinancial public corporations, and financial public corporations).
- **Follow the GFSM 2014 methodology for sectorization** so that employment-related pension schemes for regional governments are sectorized with the state and municipal governments to which they correspond; sectorize the constitutional funds as extrabudgetary central government units; sectorize the S system entities and Professional Councils as private nonfinancial corporations outside the public sector (except if further investigation concludes that the S system entities are controlled by government, in which case they should be sectorized as public nonfinancial corporations).
- **Publish the public sector institutional sectorization table** to inform all data users of fiscal statistics as well as compilers of macroeconomic statistics (such as national accounts, balance of payments and international investment position and monetary statistics).
- **Compile GFS consistently with all macroeconomic statistics** in line with the sectorization list to ensure intersectoral consistency.
- **Continuously update the public sector institutional sectorization table** as needed (e.g., re-sectorization of public institutional units, such as including public institutional units whenever they are created or dropping them when they are extinguished) and noting these changes in metadata associated with the Brazilian GFS.

D. THE FGTS (AND PIS/PASEP) PROVIDENT FUND RECORDING IN GFS

32. The IMF has provided technical assistance since 2009 on the proper recording of a federal provident fund (an employment-related pension scheme), which were captured in the Brazilian fiscal statistics for the general government in operating revenue and expenditure, but not in assets and liabilities. The nature of the Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), and the Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), which was absorbed by the FGTS in 2020, is that employee contributions are held in accounts belonging to the contributors and earnings on those assets are provided to these beneficiaries. Thus, IMF TA has encouraged the authorities to record all flows and stocks following the *GFSM 2014* (and *GFSM 2001*) methodology for employment-related pension funds with these characteristics.

33. The sectorization of these funds was reviewed and the authorities concluded that the FGTS is a public financial corporation. As a consequence of this re-sectorization, the flows associated with the FGTS (and PIS/PASEP) were removed from the GFS for the general government, with a complete revision of the historical series (2010-Present, see Table BB); associated asset and liability stocks were never included in the fiscal statistics.

Table BB. FGTS (and PIS/PASEP) Revenue and Expenditure, 2010-2022

Tabela 1. Receita e despesa do FGTS e Fundo remanescente do PIS-PASEP - Anual
Dados em: R\$ Bilhões - Valores Correntes
Fonte: STN

Resultado de Operações - Governo Central Extraorçamentário	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1 Receita	87,4	101,8	119,0	126,1	143,9	160,9	172,7	166,4	162,4	187,5	196,9	175,4	206,0
12 Contribuições sociais	64,2	75,0	86,2	98,1	108,9	118,5	124,2	128,7	125,7	134,3	127,5	137,0	156,6
14 Outras receitas	23,2	26,7	32,9	28,0	35,1	42,4	48,5	37,6	36,7	53,2	69,4	38,4	49,4
1411 Juros	22,3	25,7	24,4	25,4	30,0	36,9	46,0	35,4	34,0	34,3	30,5	36,4	46,3
14x Demais	0,9	1,0	8,5	2,6	5,1	5,5	2,5	2,3	2,7	18,9	38,9	2,1	3,0
2 Gasto	69,8	81,7	86,5	98,2	112,5	133,1	147,0	194,2	156,3	191,9	201,9	139,8	187,2
22 Uso de bens e serviços	2,7	3,5	3,5	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,9	6,0	3,8	3,1	3,2
24 Juros	16,3	19,7	17,1	17,8	21,1	28,2	31,8	24,4	22,4	21,4	21,2	21,4	29,2
27 Benefícios previdenciários e assistenciais	50,7	58,5	65,9	76,5	87,2	100,3	110,2	164,6	128,0	164,5	176,9	115,4	154,7
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	17,6	20,1	32,5	28,0	31,4	27,8	25,7	-27,8	6,1	-4,4	-4,9	35,6	18,8
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	11,6	14,1	25,3	20,4	22,5	19,2	11,6	-38,8	-5,4	-17,3	-14,2	20,6	1,7

34. The mission congratulated the authorities on this improvement to the GFS, which is fully consistent with the *GFSM 2014*. However, the mission also observed that users are accustomed to the previous compilation practice. The authorities noted that metadata explaining the modified statistics accompany the GFS to assist users so they can better understand the changes. Nevertheless, the mission suggested that to further help users, and consistent with the proposed 5-year work program to eventually expand the coverage of the Brazilian GFS to the public sector, the disseminated GFS should also be accompanied by tables and metadata showing the FGTS in the *GFSM 2014* framework. This will allow users to make adjustments they may seek to reincorporate certain elements of the FGTS in their analysis, such as in the formulation of views on fiscal risk.

Recommendation

- ***Publish tables and metadata showing the FGTS (a public financial corporation) in the *GFSM 2014* framework to aid users in their fiscal analysis and as part of preparations in the context of the proposed 5-year work program. These data and metadata should appear as a supplement to the GFS data and metadata.***

E. THE BACEN – NATIONAL TREASURY (STN) RELATIONSHIP

35. The relationship between the BACEN and the National Treasury (STN), as it should be reflected in the GFS following the *GFSM 2014*, has been a topic of discussions between the authorities and the IMF (STA). There are two issues: sectorization and economic classification of transactions between these two public entities.

36. On sectorization, while the traditional fiscal statistics (RTN) treats the BACEN as an integral part of the central government, based in part on the legal framework (Lei Complementary n. 101/2000) and the BACEN's lack of budgetary autonomy, **in the Brazilian GFS the BACEN is treated outside the general government consistent with *GFSM 2014* methodology.** Thus, from a *GFSM 2014* perspective the sectorization issue has been resolved. A proposed constitutional amendment (PEC 65/2023), introduced in November 2023, has not yet been approved, but aims to clarify this so that the BACEN would be treated as a public financial corporation in the traditional statistics as well.

37. On transactions, the mission explored with the authorities' appropriate economic classifications for: STN budgetary resources provided to BACEN for that latter's operational needs; transactions from operating profits and losses by the BACEN; seigniorage, and super-dividends. The discussions led to the following conclusions (see also Appendix B).

- a. **For STN resources provided to BACEN for operational purposes,** in the accounts of the STN current transfers, an expense (GFS code 2821) would be recorded with a counterpart reduction in currency and deposits (3202). The counterpart to the decrease in currency and deposit liabilities to the central government's Single Account (3302) recorded in the BACEN accounts in GFS should be recorded as BACEN current transfers, revenue (1441). When the BACEN accrues current expenses (various *GFSM 2014* codes beginning with 2), the counterpart is an increase in Other accounts payable (3308). When the BACEN pays its suppliers of goods and services, reducing Other accounts payable (3308), it creates money, expanding the monetary base, an increase in currency and deposit liabilities for the BACEN (3302). Typically, the BACEN undertakes repo operations to neutralize the impact on the monetary base, selling debt securities (3303), an increase in liabilities, and reducing its currency and deposit liabilities (3302), decreasing its liabilities.
- b. **Occasionally, STN may have to provide securities for BACEN's monetary operations (Law 13,820/2019).** Thus, STN provides its securities increasing its securities liabilities (3303) and simultaneously increasing its equity assets in the BACEN (32051). In the BACEN accounts it receives those securities (3203) and the counterpart is an increase in equity held by the STN (33051).
- c. **For operating profits of BACEN,** as a public financial corporation such payments to STN would be recorded in the BACEN accounts as dividends payable (28112) with a counterpart increase in deposit liabilities to the central government's Single Account (3302). At the same time, in the STN accounts the receipts would be recorded as dividends from residents (14122) with a counterpart in deposits (3202). Note that these are deposits supporting the liquidity needs of the MF.
- d. **On the other hand, BACEN operating losses to be covered by the STN** are made in securities supporting the needs of the central bank. Thus, in the STN accounts an increase in security liabilities (3303) is recorded with a counterpart increase in equity held in BACEN (32051). At the same time, the BACEN records the receipt of these securities (3203) with a counterpart increase in equity liabilities belonging to the STN (33051).

- e. Note that, when compared, **the operational profits and losses of the BACEN are treated asymmetrically** because one involves dividends captured in revenue and expense affecting changes in net worth, while the other is purely a set of financial transactions not affecting changes in net worth. Moreover, underlying flows (such as holding gains and losses on international exchange) are taken into account in the BACEN accounts (such as through other economic flows for international exchange) and overall results prior to these transactions.
- f. **The discussions noted that seigniorage is an economic concept, not defined in statistics, but is implicitly captured in the operational results of the BACEN**; thus, the operational profits or losses adequately capture such gains and are reflected in the recording described in this paragraph.
- g. **On super-dividends**, techniques vary regarding such calculations. The mission endorsed the approach to use national definitions to determine whether super-dividends are to be paid and the corresponding amount(s). The recommended economic classification for super-dividends in the BACEN accounts would be a reduction in equity liabilities (33051) with a counterpart increase in deposits liabilities to the Single Account (3302). At the same time, the STN would record a reduction in equity assets (32051) and an increase in deposits (3202).

Recommendations

- ***Continue to sectorize the BACEN as a public financial corporation in the Brazilian GFS.***
- ***Record the transactions between the BACEN and STN as described in this section, using the economic classifications in the GFSM 2014.***
- ***Publish tables and metadata showing the BACEN (a public financial corporation) in the GFSM 2014. These data and metadata should appear as a supplement to the GFS data and metadata.***

F. REGIONAL GOVERNMENT EMPLOYMENT-RELATED PENSION SCHEMES

38. Public pension funds in Brazil are employment-related pension schemes and exist at all three levels of the general government. The Federal scheme (RPPS) appears to be adequately treated in the GFS. Moreover, the compilation of GFS for these schemes is complicated by their variety of structures, operations and circumstances across states and municipalities. These schemes tend to be integral parts of their corresponding level of government, rather than public corporations. Many are not fully funded, without direct assignment of resources to households. Many receive transfers from their corresponding government.

39. Subnational schemes are not fully reflected in the GFS using the GFSM 2014 methodology. Financial assets and liabilities of these schemes are not recorded, and therefore interest earned on assets is lacking. Interest from employment-related pension schemes may explain as much as 50 percent of the entire discrepancy “above and below the line” noted at the beginning of this report. Transfers from government to support the operations of the employment-related pension schemes are recorded as expense when operational spending takes place, while financing only recognizes movements in cash and deposits, which give rise to discrepancies between net expenditure and financing and may cause intertemporal discrepancies.

40. An exercise was conducted using 2015 data based on recommendations from a 2016 IMF TA mission, but the work has not continued. The mission discussed with the authorities the possibility of reconstituting a technical working group on employment-related pensions schemes at state and municipality levels. One reason supporting such an effort is that improved source data, especially accounting data, have become more readily available. While annual data needed for such an exercise may be readily available from the employment-related pension schemes, the compilers will need to check with these sources to verify that monthly data could be made available.

Recommendations

- **Reconstitute the Technical Working Group on Employment-Related Pension Schemes, by end-2024, with a particular focus on state and municipal governments, with a view to repeat the exercise conducted with 2015 data (which was recommended by the 2016 IMF TA mission) using the latest available complete (accounting) source data.**
- **Compile annual GFS data on employment-related pension funds as part of the work of the Technical Working Group on Employment-Related Pension Schemes following the GFSM 2014 methodology (by end-2025).**
- **Compile quarterly (and if practical, monthly) GFS data on employment-related pension funds as part of the work of the Technical Working Group on Employment-Related Pension Schemes following the GFSM 2014 methodology (by end-2026).**

G. COURT-ORDERED DEBT (“PRECATORIOS”)

41. Court-ordered debts are recorded as expense, but only on a cash basis, while the stock of these debts is recorded only after a final judicial decision has been determined and the BACEN records only 10 percent of the value. Moreover, the cash flow may take place more than two fiscal years after the judicial decision. Thus, there is a disconnect between stocks and flows in the recording as presently compiled. On one hand, the BACEN recognizes a liability after a final judicial decision and reduces the stock of debt when they are paid. On the other hand, Brazilian GFS records an expense only when cash payments are made. There are two types of court-ordered debt: “precatórios” and “requisições de pequeno valor – RVP” with the latter based on decisions regarding smaller amounts (up to the equivalent amount of 60 minimum wages). The government debts known as “precatórios” are not recognized immediately after the judicial decision but enter the budget in the following year (t+1) based on priority criteria defined by law. Then the liabilities are recorded with payments scheduled beginning in that fiscal year. However, if the judgement takes place after the budget for the following year is already in process (after April) then they are included only in the next budget (t+2), more than a year after the judgement has been made. Data sources for the recording of these government debts include in SIAFI for the central government and the matrix of accounting balances (MSC) for regional governments in the most recent years in fiscal management reports. Moreover, during the mission the BACEN compilers discovered a more robust data source on these central government court-ordered debts and intend to revise the stock positions data.

42. The mission noted that court-ordered debts are not recorded following the GFSM 2014 methodology. There are issues with applying the correct economic classifications and the time of recording, which may give rise to discrepancies mentioned above. The compilers register expense only at the time of cash flow, instead of recognizing the expense (282, Transfers not elsewhere classified) with a

counterpart incurrence of liabilities (in, *GFSM 2014* code 33182, domestic miscellaneous other accounts payable) when judgements are finalized. Subsequent reductions in those liabilities (33182) with counterparts in reductions in currency and deposits (3202) occur when cash payments reduce those liabilities. The value of these liabilities should follow the recommendations for accrual; that is, the debts should accrue in amounts recognized as owed (payable). Moreover, following the *GFSM 2014*, interest on these debts also should be accrued. The compilers will need to analyze and develop a reasonable methodology (such as applying a standard index for interest---like market interest rates, e.g., SELIC or inflation---on weighted averages of similar liabilities) to estimate the interest accrual when source data prevents compilation from detailed accounting information. The *GFSM 2014* records the accrual of interest on such debt as an expense (22) with a counterpart increase in the liability (33182). Also, it was noted that the fiscal impacts of such revisions could be significant (as much as 2.5 percentage points of GDP). The mission suggested revising the entire historical series to be consistent with the *GFSM 2014* methodology for each sublevel of the general government. The timeliness, details, and accuracy of the source data may represent some compilation challenges.

Recommendation

- ***Review the compilation of court-ordered debts (precatórios and RPVs) with a view to revising the entire historical series consistent with the GFSM 2014, including stocks and flows including estimates of interest accruals.***

H. OVERDUE TAXES (“DÍVIDA ATIVA”)

43. Overdue taxes (‘dívida ativa’) are only partially captured in the GFS and not fully consistent with the *GFSM 2014*. Revenue is recorded on a cash basis, when overdue taxes are paid. Accounts receivable assets are recorded based judgement on the amount of overdue taxes that are realistically collectable and therefore accrue. Interest on overdue taxes is calculated using a weighted average and an indexed interest rate. The mission noted that taxes (11 or more detailed code) should be recorded when they accrue with a counterpart in other accounts receivable (32182) and that overdue taxes merely reflect a re-composition of the accounts receivable as an overdue accounts receivable within that economic classification. The cash inflow (3202) represents a counterpart to a reduction in the overdue other accounts receivable (32182), the same as a cash inflow (3202) would reduce other account receivable (32082) associated with an accrued tax. A distinction occurs when the overdue tax is deemed to be unrecoverable and therefore an overdue tax does not accrue (or fully accrue). In the *GFSM 2014* framework, because the taxpayer is not forgiven this tax, it should be recorded in other economic flows (52182, a unilateral reduction in the other accounts receivable with no counterpart or counterparty; it is not a transaction). Interest on the accrued overdue other accounts receivable should be recorded (which is not relevant for accrued taxes until they become overdue). Again, the accrued amount of overdue taxes only refers to the amount that realistically is expected to be paid. The relevant interest rate may be determined by rules on overdue taxes, which could be zero or positive. A reasonable interest rate reflects what would be expected to be paid over the original overdue tax amount. This interest would be recorded as interest receivable (code 14112) and the counterpart added to the overdue other accounts receivable (32182). The full adoption of *GFSM 2014* methodology may require a revision to the entire historical series with a view to reducing discrepancies.

Recommendation

- **Review the estimates of overdue taxes (“dívida ativa”) to record their accrual in accounts receivable and related accrual of interest, while avoiding overestimates, consistent with the GFSM 2014.**

I. STUDENT FUNDING SCHEME – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

44. The student funding scheme (Fundo de Financiamento Estudantil – FIES) is a complex government program to support higher education for students facing challenging economic circumstances, involving an equally complex set of transactions. The mission discussed with the authorities the economic classification of these transactions. In summary, the transactions involve a triangular relationship among the central government, universities and students. The complexity of the transactions, the numerous details of these operations, and significant changes to the scheme over several phases obscures the analysis; nevertheless, the mission came to several findings and made some concrete observations regarding the recording of these operations in the GFS. Moreover, it was observed that the central government has created a guarantee fund as part of these operations, which is classified by legislation as a private entity. However, applying the *GFSM 2014* criteria for an institutional unit, this guarantee fund fails to meet those criteria⁵ and the mission recommended to sectorize it as an integral part of the budgetary central government. This facilitates the economic classification of transactions. For the treatment of the guarantee fund see *GFSM 2014* paragraphs A4.71, A4.72, A4.78, and A4.80. Economic classifications for FIES in the budgetary central government accounts are described in the following paragraphs.

45. The FIES provides subsidized financing for university education and involves a triangular set of transactions. To properly record the GFS part of these transactions, one first needs to understand the impacts on all three participants (universities, students and the budgetary central government). The university provides education services, incurring expenses (the costs associated with these services) and accrues revenue charged to students (for tuition and other charges). The student may not have sufficient resources to pay these charges (at least not in full). Thus, when the student incurs these expenses, the counterpart is an account payable by the student. So, the student seeks a subsidized loan from the budgetary central government through the FIES with the counterpart being credits the government has obtained from the university. The government obtained those credits (an asset, other accounts receivable, trade credit and advances, GFS code 32081) by issuing securities (education securities called CFT-E) to the university, incurring a liability (3303). At the same time, the FIES student loan is a government asset, (3204) and the counterpart is the reduction in the university credit that the government had obtained (322081). The net impact on the budgetary central government accounts is the loan (asset) and the debt securities (liability).

46. The universities must use the education securities in one of four ways, which are ranked in priority. First, the university uses the CFT-Es to pay its social security obligations. In the central government accounts the reduction in the CFT-E liabilities (3303) has a counterpart revenue through employer social security contributions (14512). Second in priority, the university can use the securities to pay for tax obligations. Again, in the government accounts the reduction in securities liabilities (3303) has

⁵ The Guarantee Fund (Fundo de Garantias) cannot “incur liabilities on its own behalf”, nor can it “take economic decisions and engage in economic activities for which it is itself held directly responsible and accountable by law.” (*GFSM 2014*, paragraph 2.22). Therefore, even though transactions of the Guarantee Fund do not pass through the budget, it must be sectorized as part of the budgetary central government institutional unit because extrabudgetary units are separate institutional units.

a counterpart revenue in one or several taxes (111, 112, 113, or 114). Third, the university can use the securities to make its contracted contributions to the Guarantee Fund (which should be sectorized as part of the budgetary central government as described above). Thus, in the budgetary central government accounts the counterpart to the reduction in security liabilities (3303) is recorded as Premiums, fees, and claims related to nonlife insurance and standardized guarantee schemes (14512). Finally, if all of these alternative uses of the education securities by the university have been exhausted, it can exchange them for cash. This would be recorded as a reduction in securities liabilities (3303) with a counterpart reduction in cash and deposits assets (3202).

47. Some FIES student loans are not repaid in full, which adds another element to the recording in GFS. Under these circumstances, compilers need to take the unrecovered amounts into account (see *GFSM 2014* paragraphs 7.262-7.263). Since loans, including student loans, are recorded in nominal values in the GFS, no holding gains or losses are recorded. Instead, the *GFSM 2014* recommends recording as a memorandum item to the balance sheet a comparison of the nominal value (6M81) and fair value (6M8) of these student loans. However, if the nonperforming loan has been renegotiated with the student, then the new loan value should be recorded as a mutually agreed change, reducing the student liability and the counterpart budgetary central government asset. In the budgetary central government accounts the counterpart to the reduction in loan assets is an expense, capital transfers not elsewhere classified, 2822. That is, it is a transaction.

Recommendation

- ***Review the compilation of student funding schemes (FIES) and the related Guarantee Fund and record the related transactions following the GFSM 2014.***

J. A SPECIAL WORD ON INTEREST ACCRUALS

48. The mission understands that techniques for recording accrued interest are fully understood by the compilers. Specifically, once the liabilities are fully recorded on an accrual basis, appropriate techniques will be applied, such as compound interest, reasonable interest rates, etc. Special attention will need to be given to liabilities not previously recorded or fully recorded, especially regarding employment-related pension schemes, court-ordered debts and accrued overdue taxes.

Recommendation

- ***Compile interest on all relevant financial assets and liabilities, paying particular attention to instruments not currently captured in the GFS for employment-related pension schemes, court-ordered debts (“precatórios”), and overdue taxes (“dívida ativa”).***

K. PUBLIC SECTOR DEBT DATA

49. While the focus of this TA mission was on GFS, the mission took the opportunity to review with the authorities the characteristics of public sector debt recommended under the *Public Sector Debt Statistics Guide 2011 (PSDSG 2011)*. The mission suggested that in the context of the proposed 5-year work program on Brazilian fiscal statistics, public sector debt tables be compiled in parallel with the GFS by coverage of subsector of the public sector with details by type of debt instrument, by original and remaining maturity, by currency of denomination, by type of interest rate and by residence. Information on publicly guaranteed debt and on arrears should be included as memorandum items. In

sum, the mission suggested that the following be compiled and disseminated: *PSDSG 2011* tables 5.1 through 5.6.c., 5.9, 5.10, and 5.12⁶. In the context of the 5-year work program the coverage of the debt statistics should eventually encompass the entire public sector. Moreover, the mission suggested that internal business documentation on compilation practices be developed as a reference for compilers, and that metadata be disseminated to accompany the public sector debt statistics whenever and wherever they are disseminated.

Recommendations

- ***Compile and disseminate PSDS tables 5.1 through 5.6.c., 5.9, 5.10, and 5.12 following the PSDSG 2011 consistent with the GFS data, with associated metadata, following annual targets to be set as part of the 5-year work program, initially for the nonfinancial public sector and eventually for the entire public sector.***
- ***Develop internal business process documentation for PSDS as a reference for compilers on methodological and other compilation processes.***
- ***Disseminate metadata for users to accompany the dissemination of the PSDS statistics.***

L. SOURCE DATA AND COMPILATION PRACTICES

50. Complete and timely source data needs to be strengthened for GFS compilation, especially in the following areas: accounting data for the state and local governments; sources for all public nonfinancial public corporations; and for all public financial corporations. In this context, the mission suggested that the authorities consider developing strengthened incentives (special awards/recognition) to state and municipal governments for providing complete accounting data (with checks for counterpart entries) in SICONFI covering revenue, expense, net acquisition of nonfinancial assets, financial assets and liabilities (including stocks and flows for assets and liabilities) with sufficient detail to allow compilation of GFS. Similarly, once the public nonfinancial and financial corporations have been identified, sources on their flows and stocks, as well as details allowing the consolidation of GFS for the subsectors of the public sector will need to be developed. In the case of significant numbers of municipal corporations, survey instruments may be required that could be developed in collaboration with the IBGE, which has extensive experience with such instruments. Depending on the number of state corporations, financial statements and accounting data could be explored. Alternatively, survey instruments could be applied if there are excessive numbers of corporations.

Recommendations

- ***Provide strengthened incentives (special awards/recognition) to state and municipal governments to provide complete accounting data (with checks for counterpart entries) in SICONFI covering revenue, expense, net acquisition of nonfinancial assets, financial assets and liabilities (including stocks and flows for assets and liabilities) with sufficient detail to allow compilation of GFS.***

⁶ For the traditional set of public debt statistics published by BACEN, several tables are already published, but they do not yet include, for example, other accounts payable/receivable.

- **Develop source data instruments** (financial statements, accounting data, or data collection through survey instruments) on all public corporations (nonfinancial and financial, respectively).

M. CONSOLIDATION PRACTICES

51. Consolidation by the various subsectors of the public sector will require revision at the levels of the consolidated central government and consolidated general government, due in large part to the implementation of the recommendations in this TA report. In addition, extension of the GFS to the nonfinancial public sector and for the entire public sector (including public financial corporations) will require development of new source data and compilation practices. The compilers are already familiar with the required consolidation techniques. Implementation will require time and should be planned in phases, especially of a 5-year work program is adopted.

Recommendation

- **Compile and disseminate consolidated GFS** for the consolidated general government (end-2024), consolidated nonfinancial public sector (end-2027), and public sector (end-2029), as part of the 5-year GFS work program.

N. METADATA AND INTERNAL BUSINESS PROCESS DOCUMENTATION

52. The implementation of the recommendations in this TA report will alter GFS coverage, compilation methods, and resulting fiscal statistics. The authorities already prepare and disseminate metadata along with the GFS. Metadata should remain up to date to include information on all of the changes, as further improvements are incorporated (and this should be tracked as part of the implementation of a 5-year work program).

53. Similarly, the authorities already prepare internal business process documentation (“guias de compilação”) on their compilation practices. Therefore, these internal documents should remain up to date as modifications and improvements are implemented (and this should be tracked as part of the implementation of a 5-year work program).

Recommendations

- **Revise and disseminate GFS metadata** with each set of GFS data, as part of the 5-year GFS work program.
- **Revise internal business (“guias de compilação”) process documentation for GFS** as a reference for compilers on methodological and other compilation processes.

O. OFFICIALS MET DURING THE MISSION

Name/Title	Institution	Email
Karla de Lima Rocha/Gerente	Gerencia de Estatísticas de Finanças Públicas (GEFIP), Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CGEEF), STN, MF	karla.rocha@tesouro.gov.br
Vitor Henrique Barbosa Fabel/Chefe de Projeto	Gerencia de Estatísticas de Finanças Públicas (GEFIP), Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	vitor.fabel@tesouro.gov.br
Guilherme Ceccato/Auditor Federal de Finanças e Controle	Gerencia de Estatísticas de Finanças Públicas (GEFIP), Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	guilherme.ceccato@tesouro.gov.br
Ana Cristina Secchi Correia/Auditora Federal de Finanças e Controle	Gerencia de Estatísticas de Finanças Públicas (GEFIP), Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	ana.correia@tesouro.gov.br
Marcos Henrique Benicio Araujo/Assistente Técnico	Gerencia de Estatísticas de Finanças Públicas (GEFIP), Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	marcos.araujo@tesouro.gov.br
Roberto Mendes Altavilla Luttner/Gerente	Gerência de Estudos Econômico-Fiscais (GEEFI), Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	roberto.luttner@tesouro.gov.br
Viviane Aparecida da Silva Varga/ Secretaria Adjunta	Secretaria do Tesouro Nacional, MF	viviane.silva@tesouro.gov.br
David Rebelo Athayde/ Subsecretário	Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, STN, MF	david.athayde@tesouro.gov.br
Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior/ Coordenador-Geral	Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	pedro.souza-junior@tesouro.gov.br

Rafael Perez Marcos/Coordenador	Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	rafael.marcos@tesouro.gov.br
Alex Pereira Benicio/Coordenador	Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais (CESEF), STN, MF	alex.benicio@tesouro.gov.br
Joanilson de Carvalho Santos/Chefe de Subunidade	Divisão de Finanças Públicas (DIFIN), Departamento de Estatísticas (DSTAT), Banco Central do Brasil	joanilson.santos@bcb.gov.br
Rodrigo Costa Franco/Coordenador	Divisão de Finanças Públicas (DIFIN), Departamento de Estatísticas (DSTAT), Banco Central do Brasil	rodrigo.costa.franco@bcb.gov.br
Rafael Ferreira Tine/Coordenador	Divisão de Finanças Públicas (DIFIN), Departamento de Estatísticas (DSTAT), Banco Central do Brasil	rafael.tine@bcb.gov.br
Luciana Dellome de Sousa/Analista	Divisão de Finanças Públicas (DIFIN), Departamento de Estatísticas (DSTAT), Banco Central do Brasil	luciana.dellome@bcb.gov.br
Renato Baldini Junior/Chefe Adjunto de Unidade	Departamento de Estatísticas (DSTAT), Banco Central do Brasil	renato.baldini@bcb.gov.br
Fernando Alberto Sampaio Rocha/Chefe de Unidade	Departamento de Estatísticas (DSTAT), Banco Central do Brasil	fernando.rocha@bcb.gov.br
Douglas Moura Guanabara/Gerente	Gerência de Administração Pública (GEAPU), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC), Diretoria de Pesquisas (DPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	douglas.guanabara@ibge.gov.br
Rebeca de La Rocque Palis/Coordenadora	Coordenação de Contas Nacionais (CONAC), Diretoria de Pesquisas (DPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	rebeca.palis@ibge.gov.br
Teresa Cristina Bastos/Gerente	Gerência de Setores Institucionais (GESIN), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC), Diretoria de Pesquisas (DPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	teresa.bastos@ibge.gov.br

Appendices

A. BRAZIL: GFS/PSDS RESULTS BASED MANAGEMENT DRAFT FIVE YEAR WORK PROGRAM

This draft five-year work program on GFS/PSDS represents a proposal for the Brazilian authorities and therefore is written in Portuguese.

Prioridade	Ação/Alvo	Risco/ Indicadores verificáveis	Data prevista de conclusão	Instituições envolvidas	Data de conclusão real	Status de implementação
	Resultado: Um programa multianual de trabalho está em vigor para acompanhar os aprimoramentos nas estatísticas fiscais com objetivo final de adotar as GFS/PSDS como estatísticas fiscais oficiais para a tomada de decisões de políticas fiscais					
Alta	Um grupo de trabalho é estabelecido para acompanhar os processos (com subgrupos técnicos para avançar em trabalhos específicos)	Precisa aprovação dos altos funcionários das 3 instituições envolvidas	2024	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Desenvolver um programa multianual baseado em resultados para a implementação deste resultado principal	Este programa contém cronogramas para as GFS e as PSDS	2024	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Avaliar e eventualmente implementar modificações, se forem necessárias e desejáveis, no marco legal fiscal para que as GFS/PSDS sejam utilizadas oficialmente	Muitas leis não especificam os indicadores fiscais diretamente, mas podem ser aplicadas pelas instituições na prática baseada em GFS/PSDS	2025-2029	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Desenvolver um programa de educação para os usuários sob as GFS/PSDS	Palestras, workshops, documentos etc.	2025-2029	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Preparar análises fiscais usando as GFS/PSDS como variáveis fiscais semelhantes da análise tradicional e com variáveis particulares das GFS/PSDS	Análises podem incluir STN, BACEN, organizações internacionais (FMI, Banco Mundial, BID) e privados (S&P, Moody's), etc.	2025-2029	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Revisar periodicamente as necessidades de recursos humanos	Pode incluir trocas/empréstimos de pessoal	2025-2029	STN, BACEN, IBGE		

Prioridade	Ação/Alvo	Risco/ Indicadores verificáveis	Data prevista de conclusão	Instituições envolvidas	Data de conclusão real	Status de implementação
	para implementar trabalhos específicos	interinstitucionais				
	Resultado: Os dados são compilados e disseminados usando a setorização do manual mais recente					
Alta	Completar/finalizar a lista de setorização para o setor público completo com todos os subsetores (governo central orçamentário, governo central extraorçamentário, governos estaduais, governos municipais, seguridade social, corporações públicas não financeiras, corporações públicas financeiras)		Março de 2025	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Compartilhar a lista de setorização final e implementar esta lista em todas as estatísticas macroeconômicas, inclusive GFS/PSDS		Março de 2025	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Manter a lista de setorização atualizada	Considerar a criação, extinção e combinação das unidades institucionais públicas	2025-2029	STN, BACEN, IBGE		
	Resultado: Os dados são compilados e divulgados usando a cobertura e o escopo do manual mais recente					
Alta	Conforme a lista de setorização os dados GFS/PSDS são compilados e divulgados para todos os subsetores do setor público	Implementação gradual por subsetores (a detalhar as datas)	2025-2029	STN, BACEN, IBGE		Objetivos pormenorizados a especificar
	Resultado: Os dados são compilados e divulgados utilizando técnicas estatísticas adequadas , incluindo o tratamento das fontes de dados e/ou a avaliação e validação de dados intermediários e resultados estatísticos					
Alta	Com a mudança na setorização do FGTS a uma corporação pública financeira, disseminar como suplementos os dados e metadados , conjunto com as GFS	Disseminar dados completos, inclusive financiamento	2024	STN e BACEN		

Prioridade	Ação/Alvo	Risco/ Indicadores verificáveis	Data prevista de conclusão	Instituições envolvidas	Data de conclusão real	Status de implementação
Alta	Reconstituir o Grupo de Trabalho Técnico sobre Regimes de Pensões Relacionados ao Emprego (RPPS) , com foco particular nos governos estaduais e municipais, com o objetivo de repetir o exercício realizado com dados de 2015 (que foi recomendado pela missão de AT do FMI de 2016) usando os últimos dados completos (contábeis) disponíveis.	Depende de informação fonte dos regimes e adesão de membros não envolvidos na missão	2024	STN, BACEN, IBGE, MPS		
Alta	Compilar e disseminar GFS anuais para os Regimes de Pensões Relacionados ao Emprego (RPPS)	Depende de informação fonte dos regimes	2025	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Compilar e disseminar GFS trimestrais (e se seja prática, mensais) para os Regimes de Pensões Relacionados ao Emprego (RPPS)	Depende de informação fonte dos regimes	2026	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Revisar a compilação dos precatórios consistente com às recomendações do <i>GFSM 2014</i> e disseminar estas informações		2025	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Revisar a compilação da dívida ativa consistente com às recomendações do <i>GFSM 2014</i> e disseminar estas informações		2025	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Revisar a compilação do FIES consistente com às recomendações do <i>GFSM 2014</i> e		2025	STN, BACEN, IBGE		

Prioridade	Ação/Alvo	Risco/ Indicadores verificáveis	Data prevista de conclusão	Instituições envolvidas	Data de conclusão real	Status de implementação
	disseminar estas informações					
Alta	Revisar a compilação das transações entre o BACEN e a STN consistente com às recomendações do <i>GFSM 2014</i> e disseminar estas informações		2025	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Revisar a compilação dos fundos constitucionais consistente com às recomendações do <i>GFSM 2014</i> e disseminar estas informações		2025	STN, BACEN, IBGE		
Alta	Estatísticas de PSDS são compiladas e disseminadas consistente com as recomendações da GPSDS 2011 e consistente com as GFS	Este refere aos quadros 5.1 – 5.6.c e 5.9, 5.10, e 5.12 desta Guia	2024-2029	BACEN		Objetivos pormenorizados a especificar
	Resultado: As fontes de dados são adequadas para a compilação de estatísticas macroeconômicas					
Alta	<u><i>Incentivos são reforçados (prêmios/reconhecimentos especiais) aos governos estaduais e municipais para fornecer dados contábeis completos (com verificações para lançamentos de contrapartida) no SICONFI cobrindo receitas, despesas, aquisição líquida de ativos não financeiros, ativos e passivos financeiros (incluindo estoques e fluxos de ativos e passivos) e com detalhes suficientes para permitir a compilação do GFS e PSDS.</i></u>	Estes incentivos são independentes dos prêmios e reconhecimento s existentes	2025	STN		

Prioridade	Ação/Alvo	Risco/ Indicadores verificáveis	Data prevista de conclusão	Instituições envolvidas	Data de conclusão real	Status de implementação
	Resultado: Os metadados que documentam as fontes e os métodos aplicados na compilação das estatísticas são abrangentes e divulgados					
Alta	Os metadados das GFS e PSDS são atualizados em conjunto com os aprimoramentos nas estatísticas e acompanham a disseminação delas		2024-2029	STN, BACEN, IBGE		
	Resultado: A documentação de guias de compilação interna está atualizada de acordo com os aprimoramentos nas estatísticas fiscais					
Alta	A documentação de guias de compilação interna das GFS e PSDS são atualizados em conjunto com os aprimoramentos nas estatísticas		2024-2029	STN, BACEN, IBGE		

B. BRAZIL: TREATMENT OF TRANSACTIONS BETWEEN THE BACEN AND STN USING THE GFSM 2014 FRAMEWORK

54. For the convenience of the Brazilian authorities, this appendix is written in Portuguese and elaborates on the description in Section E., paragraph 24.

O marco do *GFSM 2014* revela a integração de fluxos e estoques para um determinado período. As operações entre o BACEN e a STN ilustradas neste apêndice analisam as conclusões das discussões com as autoridades sobre o seguinte: a) necessidades operacionais do BACEN fornecidas pela STN sob a atual estrutura legal; b) emissão adicional de títulos da STN para o BACEN para suportar suas operações monetárias, conforme a legislação (Lei nº 13.820/2019); c) lucros operacionais do BACEN transferidos para a STN; d) perdas operacionais do BACEN a serem cobertas pela STN; e e) os superdividendos. Conforme descrito no item 24 neste documento, os lucros e perdas operacionais são registrados de forma assimétrica devido às necessidades de captação de caixa da STN e às necessidades do BACEN de títulos como parte de suas operações monetárias. As ilustrações são as seguintes.

55. A planilha do Excel contendo ilustrações numéricas dessas transações usando a estrutura e os códigos do *GFSM 2014* foi compartilhada com as autoridades separadamente.

A. Necessidades Operacionais do BACEN Atendidas pela STN

Para os recursos da STN fornecidos ao BACEN para fins operacionais, seria registrada uma despesa (código GFS 2821) nas contas das transferências correntes da STN com uma redução de contrapartida em moeda e depósitos (3202). Ao mesmo tempo, nas contas do BACEN, as transferências correntes, a receita (1441) seria registrada com uma diminuição de contrapartida nos passivos moeda e depósitos para a Conta Única do Tesouro (3302). A contrapartida nas contas do BACEN da redução da Conta Única do Tesouro (3302) e uma transferência recebido (1441). Quando o BACEN faz as despesas correntes (vários códigos *GFSM 2014* começando com 2) a contrapartida o incremento na base

monetária (3302), um passivo do BACEN após o efetivo pagamento de itens como salários e uso de bens e serviços. Depois, o BACEN pode implementar operações repo para compensar o aumento na base monetária (vendendo títulos (3303) e comprando dinheiro (3302)) que representa uma mistura diferente de passivos.

56. Veja a ilustração copiada abaixo contida na planilha Excel compartilhada com as autoridades brasileiras (folha "Finalidades Operacionais do BACEN"). O exemplo pressupõe que o BACEN incorre em gastos com salários e vencimentos (R\$ 55) e com o uso de bens e serviços (R\$ 45) totalizando R\$ 100. Isso causa inicialmente uma deterioração no patrimônio líquido do BACEN (devido a esses itens de gasto). A contrapartida nas contas do BACEN é o aumento de Outras Contas a Pagar. Também no exemplo, a STN tem R\$ 9.550 na Conta Única do Tesouro no início de 2023. Isso é reduzido em R\$ 100 e a transferência atual da STN para o BACEN reduz o saldo operacional da STN nesse valor (despesa, transferências correntes R\$ 100). Os dados do BACEN mostram a redução da Conta Única do Tesouro como redução do passivo com a contrapartida receita, transferências correntes (R\$ 100). Quando o BACEN paga seus trabalhadores (R\$ 55) e compra bens e serviços (R\$ 45), totalizando R\$ 100 de seu aumento de seu passivo de base monetária, dinheiro e depósitos (código 3302) estes são contabilizados como contrapartida a redução de Outras Contas a Pagar (código 3308). Observe que os gastos reduzem o patrimônio líquido, mas a receita de transferência correntes aumentam o patrimônio líquido do BACEN, mas no mesmo valor neste exemplo. Assim, no final, o patrimônio líquido da STN se deteriorou em R\$ 100 e o patrimônio líquido do BACEN não foi afetado. Para o governo central (e o setor público consolidado), ele incorreu em despesas R\$ 100 e seu patrimônio líquido foi reduzido em R\$ 100.

Brasil: Como Registrar Transações Entre o BACEN e a STN no Marco GFSM 2014					
STN transfere para o BACEN para Fins Operacionais					
Marco analítico: BACEN					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	100			
	1141, transferências correntes	100			
	Gastos	100			
	221, Ordenados e salários em dinheiro	55			
	22, Uso de bens e serviços	45			
	24, interesses devengados	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	0			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	-
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	0			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	0			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	0	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	25,000
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0	0	6203, Títulos de Dívida	25,000
6203, Títulos de Dívida	3203, Títulos de Dívida	0			-
	juros pagos	0			
	reembolso de capital	0			
Passivos	Passivos	0	Passivos	Passivos	9,550
6302, Dinheiro Legal e Depósitos	3302, Dinheiro Legal e Depósitos	0	0	6302, Dinheiro Legal e Depósitos	9,550
	Movimentos na Conta Única do Tesouro	-100			
	juros pagos	0			
	Change in Monetary Base	100			
	reembolso de capital	0			
	3308, Other accounts payable	0			
	wages and salaries	55			
	use of goods and services	45			
	payment of other accounts payable	-100			
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	15,450	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	15,450
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					
Marco analítico: STN (governo central orçamentário)					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	Gastos	100			
	24, interesses devengados	0			
	2821, transferências correntes	100			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	-100			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	0
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	-100			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	-100			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	-100	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	9450
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	-100	0	6202, Dinheiro Legal e Depósitos	9450
	outros movimentos na Conta Única do Tesouro	-100			
	juros pagos	0			
	reembolso de capital	0			
Passivos	Passivos	0	Passivos	Passivos	0
6303, Títulos de Dívida	3303, Títulos de Dívida	0	0	6303, Títulos de Dívida	0
	juros corridos	0			
	juros pagos	0			
	reembolso de capital	0			
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	9550	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	9450
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					

B. BACEN pede à STN que forneça títulos para operações monetárias

57. Ocasionalmente, a STN precisa disponibilizar títulos do Tesouro ao BACEN para suas operações monetárias. Assim, a STN disponibiliza seus títulos aumentando seu passivo de títulos (3303) e, simultaneamente, aumentando seus ativos patrimoniais no BACEN (32051). Nas contas do BACEN recebe esses títulos (3203) e a contrapartida é um aumento do patrimônio líquido detido pela STN (33051). Observe que não há impactos no saldo operacional no *GFSM 2014* associados a esta

transação e, portanto, nenhum impacto no patrimônio líquido do BACEN ou da STN. No exemplo abaixo, a STN disponibiliza R\$ 1500 em títulos ao BACEN e recebe o mesmo valor em suas participações patrimoniais no BACEN como uma sociedade financeira pública. Ao mesmo tempo, nas contas do BACEN, recebe títulos do Tesouro e aumenta seu passivo patrimonial para a STN, tudo pelo mesmo valor. Veja a ilustração copiada abaixo contida na planilha Excel compartilhada com as autoridades brasileiras (folha "Títulos Operações Monetárias").

: Entre o BACEN e a STN no Marco GFSM 2014					
STN Disponibiliza Títulos para o BACEN para Operações Monetárias					
Marco analítico: BACEN					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	1141, transferências correntes	0			
	Gastos	0			
	221, Ordenados e salários em dinheiro	0			
	22, Uso de bens e serviços	0			
	24, Interesses devengados	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	0			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	-
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	0			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	0			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	1500	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	27,000
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0	0	6203, Títulos de Dívida	25,000
6203, Títulos de Dívida	3203, Títulos de Dívida	1500			2,000
Passivos	Passivos	1500	Passivos	Passivos	13,800
6302, Dinheiro Legal e Depósitos	3302, Dinheiro Legal e Depósitos	0		6302, Dinheiro Legal e Depósitos	9,550
63051 Ações de capital	33051 Ações de capital	1500		63051 Ações de capital	4,250
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	0	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	13,200
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					
Marco analítico: STN (governo central orçamentário)					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	Gastos	0			
	24, Interesses devengados	0			
	2821, transferências correntes	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	0			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	0
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	0			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	0			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	1500	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	11,050
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0		6202, Dinheiro Legal e Depósitos	9,550
	32051 Ações de capital	1500			
Passivos	Passivos	1500	Passivos	Passivos	4,500
6303, Títulos de Dívida	3303, Títulos de Dívida	1500		6303, Títulos de Dívida	4,500
	juros corridos	0			
	juros pagos	0			
	reembolso de capital	0			
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	0	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	6,550
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					

C. Lucro operacional do BACEN transferido para a STN

58. Como sociedade financeira pública, os lucros operacionais do BACEN pago à STN seriam registrados nas contas do BACEN como dividendos a pagar (28112) com um aumento de contrapartida

nos passivos de depósitos na Conta Única do Tesouro (3302), R\$95 no exemplo. Nas contas STN, os recebimentos seriam registados como dividendos de residentes (14122) com uma contrapartida em depósitos (3202). Enquanto o patrimônio líquido do BACEN é reduzido em R\$ 95, o patrimônio líquido da STN aumenta no mesmo valor. Veja a ilustração copiada abaixo contida na planilha Excel compartilhada com as autoridades brasileiras (folha " Lucro BACEN").

Brasil: Como Registrar Transações Entre o BACEN e a STN no Marco GFSM 2014					
Lucro Operacional do BACEN Transferido para a STN					
Marco analítico: BACEN					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	1141, transferências correntes	0			
	Gastos	95			
	221, Ordenados e salários em dinheiro	0			
	22, Uso de bens e serviços	0			
	24, interesses devengados	0			
	28112, Dividendo a pagar	95			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	-95			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	-
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	-95			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	-95			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	0	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	25,500
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0		0	25,000
6203, Títulos de Dívida	3203, Títulos de Dívida	0		6203, Títulos de Dívida	500
Passivos	Passivos	95	Passivos	Passivos	12,395
6302, Dinheiro Legal e Depósitos	3302, Dinheiro Legal e Depósitos	95		6302, Dinheiro Legal e Depósitos	9,645
	Movimentos na Conta Única do Tesouro	95			
63051 Ações de capital	33051 Ações de capital	0		63051 Ações de capital	2,750
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	-95	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	13,105
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					
Marco analítico: STN (governo central orçamentário)					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	95			
	14122, dividendos de residentes	95			
	Gastos	0			
	24, interesses devengados	0			
	2821, transferências correntes	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	95			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	0
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	95			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	95			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	95	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	9,645
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0		0	9,550
	Movimentos na Conta Única do Tesouro	95			
	32051 Ações de capital	0			
Passivos	Passivos	0	Passivos	Passivos	3,000
6303, Títulos de Dívida	3303, Títulos de Dívida	0		0	3,000
	juros corridos	0			
	juros pagos	0			
	reembolso de capital	0			
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	95	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	6,645
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					

D. Perdas operacionais do BACEN a serem cobertas pela STN

59. As perdas operacionais do BACEN a serem cobertas pela STN são atribuídas ao BACEN em títulos que suportam as necessidades do banco central. Assim, nas contas da STN é registrado um aumento nos passivos de títulos (3303) com um aumento de contrapartida no patrimônio líquido mantido no BACEN (32051), R\$110 no exemplo. Ao mesmo tempo, o BACEN registra o recebimento desses títulos (3203) com um aumento de contrapartida nos passivos patrimoniais pertencentes à STN (33051). Isso é idêntico ao registro da provisão de títulos STN ao BACEN para operações monetárias, ainda que a razão subjacente à sua provisão seja diferente. Veja a ilustração copiada abaixo contida na planilha Excel compartilhada com as autoridades brasileiras (folha " Perdas BACEN ").

60. Observe que, quando comparados, os lucros e perdas operacionais do BACEN são tratados de forma assimétrica, pois os lucros do BACEN envolvem dividendos capturados em receitas e despesas que afetam as variações no patrimônio líquido, enquanto as perdas são puramente registradas como um conjunto de transações financeiras que não afetam as variações no patrimônio líquido.

61. Os resultados operacionais do BACEN capturam os fluxos subjacentes envolvidos. Por exemplo, os lucros ou perdas refletem ganhos e perdas de detenção em câmbio internacional. São considerados nas contas do BACEN (por meio de outros fluxos econômicos de câmbio internacional), bem como todas as demais operações do BACEN anteriores a essas operações envolvendo lucros e prejuízos operacionais. Isso inclui seinorage. As discussões observaram que a seinorage é um conceito econômico, não definido nas estatísticas, mas está implicitamente capturado nos resultados operacionais do BACEN; assim, os lucros ou perdas operacionais captam adequadamente esses ganhos e são refletidos no registro descrito no presente ponto. Esses fluxos operacionais subjacentes não são refletidos na ilustração do Excel.

: Entre o BACEN e a STN no Marco GFSM 2014					
Perdas operacionais do BACEN a serem cobertas pela STN					
Marco analítico: BACEN					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	1141, transferências correntes	0			
	Gastos	0			
	221, Ordenados e salários em dinheiro	0			
	22, Uso de bens e serviços	0			
	24, interesses devengados	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	0			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	0	Ativos Não Financeiros
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	0			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	0			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	110	Ativos Financeiros	0	Ativos Financeiros
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0			25,610
6203, Títulos de Dívida	3203, Títulos de Dívida	110		6203, Títulos de Dívida	25,000
					610
Passivos	Passivos	110	Passivos	0	Passivos
6302, Dinheiro Legal e Depósitos	3302, Dinheiro Legal e Depósitos	0			12,410
63051 Ações de capital	33051 Ações de capital	110		63051 Ações de capital	9,550
					2,860
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	0	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	0	Posição de patrimônio líquido
	13,200				13,200
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					
Marco analítico: STN (governo central orçamentário)					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	Gastos	0			
	24, interesses devengados	0			
	2821, transferências correntes	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	0			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	0	Ativos Não Financeiros
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	0			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	0			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	110	Ativos Financeiros	0	Ativos Financeiros
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0			9,660
	32051 Ações de capital	110		6202, Dinheiro Legal e Depósitos	9,550
Passivos	Passivos	110	Passivos	0	Passivos
6303, Títulos de Dívida	3303, Títulos de Dívida	110			3,110
	juros corridos	0		6303, Títulos de Dívida	3,110
	juros pagos	0			
	reembolso de capital	0			
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	0	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	0	Posição de patrimônio líquido
	6,550				6,550
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					

E. Superdividendos

62. Nos superdividendos, as técnicas variam em relação a esses cálculos. A missão aprovou a abordagem de utilizar definições nacionais para determinar se devem ser pagos superdividendos e o(s) montante(s) correspondente(s). A classificação econômica recomendada para superdividendos nas contas do BACEN seria uma redução no passivo patrimonial (33051) com um aumento de contrapartida no passivo de depósitos na Conta Única (3302). Ao mesmo tempo, a STN registraria uma redução nos ativos patrimoniais (32051) e um aumento nos depósitos (3202). No exemplo, são assumidos superdividendos no valor de R\$ 1.700. Veja a ilustração copiada abaixo contida na planilha Excel compartilhada com as autoridades brasileiras (folha " Superdividendos ").

Brasil: Como Registrar Transações Entre o BACEN e a STN no Marco GFSM 2014					
BACEN Superdividendos pagos a STN					
Marco analítico: BACEN					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	1141, transferências correntes	0			
	Gastos	0			
	221, Ordenados e salários em dinheiro	0			
	22, Uso de bens e serviços	0			
	24, interesses devengados	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	0			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	-
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	0			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	0			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	0	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	25,500
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	0	0	6203, Títulos de Dívida	25,000
6203, Títulos de Dívida	6203, Títulos de Dívida	0			500
Passivos	Passivos	0	Passivos	Passivos	12,300
6302, Dinheiro Legal e Depósitos	3302, Dinheiro Legal e Depósitos	1700		6302, Dinheiro Legal e Depósitos	11,250
63051 Ações de capital	33051 Ações de capital	-1700		63051 Ações de capital	1,050
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	0	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	13,200
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					
Marco analítico: STN (governo central orçamentário)					
Coluna de Posições (1º de janeiro de 2023)	Coluna Transações (2023)		Coluna Outros Fluxos Econômicos	Coluna de Posições (1º dezembro de 2023)	
	Receitas	0			
	Gastos	0			
	24, interesses devengados	0			
	2821, transferências correntes	0			
	Variação do Patrimônio Líquido por Transações = Resultado operacional	0			
Saldo Inicial			Outros Fluxos Econômicos	Saldo Final	
Ativos Não Financeiros	Aquisição líquida de ativos não financeiros	0	Ativos Não Financeiros	Ativos Não Financeiros	0
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (receitas menos despesas)	0			
	Empréstimo Líquido/Endividamento Líquido (de financiamento)	0			
Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	0	Ativos Financeiros	Ativos Financeiros	9,550
6202, Dinheiro Legal e Depósitos	3202, Dinheiro Legal e Depósitos	1700		6202, Dinheiro Legal e Depósitos	11,250
	32051 Ações de capital	-1700			
Passivos	Passivos	0	Passivos	Passivos	3,000
6303, Títulos de Dívida	3303, Títulos de Dívida	0		6303, Títulos de Dívida	3,000
	juros corridos	0			
	juros pagos	0			
	reembolso de capital	0			
Posição de patrimônio líquido	Variação do Patrimônio Líquido por Transações	0	Variação do Patrimônio Líquido por Outros Fluxos Econômicos	Posição de patrimônio líquido	6,550
NB: Os códigos GFSM 2014 são apresentados antes da descrição da classificação econômica.					